



Folha nº: .....  
DP4 - Curitiba S.A.  
Rubrica:.....

**PROTOCOLO 01-228930/2025**

**PARECER Nº. 050/2025-DP-4**

**INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO  
002/25 – CONTRATAÇÃO DIRETA  
DE ESCRITÓRIO JURÍDICO  
ESPECIALIZADO EM DIREITO  
TRIBUTÁRIO – CUMPRIMENTO  
DAS FORMALIDADES LEGAIS DA  
LEI DAS SOCIEDADES ANÔNIMAS  
E REQUISITOS DA LEI 13.303/2016  
E REGULAMENTO INTERNO DE  
LICITAÇÕES, CONTRATOS E  
CONVÊNIOS.**

Através do presente, a Gerência Financeira Administrativa e de Pessoal da Companhia de Desenvolvimento de Curitiba – Curitiba S.A., solicita parecer jurídico acerca da possibilidade de inexigibilidade de licitação para contratação de escritório jurídico especializado em direito tributário, para a prestação de serviços técnicos e especializados de assessoramento jurídico especializado, tendo por objeto a defesa dos interesses da Companhia de Desenvolvimento de Curitiba – Curitiba S/A no Processo Administrativo nº 10980-727.423/2020-90 – DIGITAL em trâmite perante o CARF – Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, originados do Auto de Infração nº 0900100/2019/00180, bem como, a judicialização da discussão administrativa.

Remetido o presente processo a esta Assessoria, e de posse de toda a documentação que o instrui, verificou-se que não há quaisquer impedimentos jurídicos para que ocorra a contratação direta do objeto descrito no termo de referência, conforme norma contida na alínea “e” do inciso II, do artigo 30, da Lei de Licitações (Lei nº 13.303/2016)<sup>1</sup>, visto que o objeto da presente se enquadra nas hipóteses de inexigibilidade de licitação, haja visto que a contratação do serviço a ser realizado refere-se a serviços técnicos especializados.

A dispensa da licitação por inexigibilidade se aplica quando, embora viável a competição, a licitação é inadequada ao interesse público e evidencia, assim, a sua discricionariedade, caracterizando-se como uma liberdade concedida à administração para, com base em juízo de conveniência e oportunidade, optar entre realizar ou não a licitação.

<sup>1</sup> “Art. 30. A contratação direta será feita quando houver inviabilidade de competição, em especial na hipótese de:

II - contratação dos seguintes serviços técnicos especializados, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação:

e) patrocínio ou defesa de causas judiciais ou administrativas;”



Folha nº: .....
DP4 - Curitiba S.A.
Rubrica:.....

Analisando o processo em tela quanto a adequação formal frente às disposições internas contidas na Instrução Normativa nº. 02/2010, que estabelece os procedimentos das fases preparatórias de licitação, dispensas e inexigibilidade, verifica-se todas as disposições foram integralmente atendidas, estando o procedimento de dispensa por inexigibilidade regularmente instruído com estudo técnico preliminar contemplando justificativa quanto a necessidade da contratação, a manifestação da Gerência Financeira atestando possuir recursos financeiros para arcar com a despesa em tela, bem como autorização do Conselho Administrativo da Companhia para a contratação.

De igual forma, o processo encontra-se ainda, instruído com pesquisa de preços para os serviços pretendidos, os quais demonstram que o valor proposto pela banca selecionada, **Carvalho, Machado e Timm Advogados** está na média do praticado no mercado, sendo ainda a proposta de menor valor. Ainda, a banca demonstrou sua regularidade trabalhista e perante ao FGTS.

Do mesmo modo, o processo encontra-se instruído de forma a comprovar que a banca jurídica selecionada, possui notória especialização e saber jurídico em matéria tributária, conforme ampla documentação anexada, seja por meio dos currículos de seus profissionais, artigos jurídicos, teses e afins, bem como, avaliações, premiações e reconhecimento de periódicos especializados.

Ainda, a contratação da banda jurídica para a defesa dos interesses da Curitiba S/A face a Companhia não possuir em seus quadros funcionais, profissionais com especialização para atender a Companhia em processos administrativos e judiciais em matéria tributária e que, ao não fazer, poderá a companhia ser prejudicada por eventual atuação jurídica falha, ocasionando um prejuízo de ordem tributária com impacto devastador no passivo da Companhia, demonstra ser essencial e indiscutivelmente o meio mais adequado para que a Companhia possa atingir os objetivos pretendidos com a contratação direta.

Como já mencionado os valores da contratação estão de acordo com a capacidade de pagamento da Companhia, bem como, estão definidas as condições de pagamento, e que eventuais honorários de êxito estão devidamente definidos no percentual de 1% (um por centos) sobre o benefício econômico apurado pela Companhia, limitados ao valor máximo de R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais).

Consoante parecer acostado no mov. 6.7, se constata que o processo foi remetido ao Controle Interno da empresa, que atestou a regularidade e o cumprimento das disposições do Regulamento Interno de Licitações e Contratos.

Por fim, no que concerne à minuta do Contrato de Prestação de Serviços Advocatícios, acostada no Mov. 6.6, denota-se que se encontram presentes todos os requisitos necessários para sua validade e eficácia, razão pela qual reputa-se aprovada a minuta contratual.



Folha nº: .....
DP4 - Curitiba S.A.
Rubrica:.....

Diante disto, entende essa Assessoria Jurídica não haver óbice para a presente contratação de serviços técnicos e especializados de assessoramento jurídico especializado, tendo por objeto a defesa dos interesses da Companhia de Desenvolvimento de Curitiba – Curitiba S/A no Processo Administrativo nº 10980-727.423/2020-90 – DIGITAL em trâmite perante o CARF – Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, bem com, para a judicialização de demanda judicial, mediante regular procedimento de dispensa de licitação por inexigibilidade, tendo sido cumpridas as exigências contidas no Artigo 126 RILC e fundamentada nas disposições da alínea “e”, Inciso II, do artigo 30 da Lei nº 13.303/2016, bem como amparada nas disposições do Art. 122, II e § 5º, do Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios, remetendo o presente para Comissão de Licitação para dar continuidade ao presente.

Curitiba, 30 de junho de 2025.

**Guilherme Heller de Pauli**  
**Assessor Jurídico**  
**OAB-PR 67.750**

Exportado do Sistema Único de Protocolos - 01-228930/2025 - por Davidson José Moulepes - Matrícula 81599 em 11/07/2025 às 15:23

PROTOCOLO:	ASSUNTO:
01-228930/2025	SOLICITAÇÃO

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE CURITIBA – CURITIBA S.A.

**DELIBERAÇÃO DA DIRETORIA:**

Com amparo nos pareceres financeiro e jurídico acostados ao processo, e considerando que a questão foi levada ao conhecimento e aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia, a Diretoria autoriza a contratação dos serviços técnicos especializados, mediante regular processo de inexigibilidade de licitação, em conformidade com as normativas internas e as disposições legais aplicáveis. Encaminhar à Gerência Financeira para as demais providências.

RD Nº:	DATA:
1.537 <sup>a</sup>	02/10/2025
ASSINATURAS:	

José Lupion Neto  
**Diretor Presidente**

Fernando Laporte Stephanes  
**Diretor Administrativo e Financeiro**

Sandra Regina S. Romaniello  
**Supervisora Jurídica**